

**100 ANOS DE LUTA ANTICAPITALISTA!
VIVA A CLASSE OPERÁRIA INTERNACIONAL!
FORA BOLSONARO/MOURÃO! LUTAR PELO PODER POPULAR E PELA
ESCOLA POPULAR!**

Unidade Classista - Corrente Sindical

No ano da realização do 34º Congresso do SINASEFE estaremos também comemorando os 100 anos da fundação do primeiro partido político da classe trabalhadora no Brasil. Com efeito, no dia 25 de março de 1922, na cidade de Niterói, no atual estado do Rio de Janeiro, foi fundada a primeira força política que conscientemente colocava para a classe trabalhadora a luta pela plena emancipação humana. Seus fundadores foram 9 delegados representando 50 militantes: Abílio de Nequete (barbeiro de origem libanesa), Astrojildo Pereira (jornalista do Rio de Janeiro), Cristiano Cordeiro (contador do Recife), Hermogênio da Silva Fernandes (eletricista da cidade de Cruzeiro), João da Costa Pimenta (gráfico paulista), Joaquim Barbosa (alfaiate do Rio de Janeiro), José Elias da Silva (sapateiro do Rio de Janeiro), Luís Peres (vassoureiro do Rio de Janeiro) e Manuel Cendón (alfaiate espanhol). Nascia ao resplendor da revolução de outubro de 1917 que dirigida pelos bolcheviques sobre a liderança de Vladimir Lênin ousaram tomar o céu por assalto, inaugurando uma nova fase na história com o início da construção do socialismo em escala mundial.

Herdeiro das melhores tradições culturais (como a Semana da Arte Moderna que aconteceu no mesmo ano em São Paulo) e de luta da humanidade e do povo ao longo de toda sua história: desde a resistência dos povos originários, as lutas quilombolas, abolicionistas, tenentistas, as lutas trabalhistas, as guerras anticolonialistas e terceiro-mundistas de libertação nacional, as lutas republicanas e democráticas, as lutas antipatriarcais e antirracistas que hoje estão na ordem do dia e fundamentalmente, socialistas e comunistas! Realizando uma síntese concreta, sempre inacabada, daquilo que de melhor é construído na práxis da humanidade a cada momento da história. Guiado pelo marxismo-leninismo, como teoria viva, que se enriquece e renova permanentemente, conservando seus pilares fundamentais. Contribui decisivamente na construção do movimento operário como sujeito político da nossa história, com mais ou menos acerto, mas sem claudicações, apesar de todos os golpes que recebeu do inimigo de classe: o imperialismo e a burguesia local.

Homenageamos a todos/as os/as mártires desta grande façanha histórica! Profundamente internacionalista, com a compreensão que a revolução social é tarefa de várias gerações e toda uma época histórica, e não um episódio isolado, espontâneo, numa ou outra formação econômico-social.

Conjuntura nacional

100 anos têm passado daquele momento fundacional e hoje temos à frente as tarefas de reorganização da classe trabalhadora, acabar com o governo genocida e

abrir um novo horizonte para as lutas sociais e políticas pelo Poder Popular e o socialismo.

O ciclo da Nova República está marcado pela presença do movimento dos/as trabalhadores/as pautado inicialmente pelas concepções do “Novo” sindicalismo. Este foi um movimento reativo ao sindicalismo da Era Vargas pautado pelo controle estatal-patronal dos sindicatos, a partir do Ministério do Trabalho por diversos mecanismos de repressão e cooptação.

A concepção de um sindicalismo autônomo, de base que privilegia as formas de ação direta, ganha hegemonia no processo de reorganização da classe trabalhadora na saída da ditadura empresarial-militar. Desse sindicalismo surgiu um partido político de massas, organizado em torno de uma liderança carismática, que chegou até à presidência da república pelos caminhos eleitorais e praticou uma política de conciliação de classes, outrora repudiada.

Os equívocos da política sindical de apassivamento e amoldamento à ordem ficaram mais evidentes a partir de 2013 quando massas populares se mobilizaram em quantidade de milhões e entraram na cena política. Setores normalmente desavisados do movimento sindical chegaram até avaliar erroneamente que estávamos diante de uma situação pré-revolucionária e que estava na hora de “botar todo mundo fora”, levantando a palavra de ordem anti-política “fora todos”, fazendo mais uma vez o jogo das forças da reação e do imperialismo.

O golpe institucional de 2016 encerrou um ciclo da vida política na nossa sociedade. As causas que o motivaram são diversas, com destaque para o imperialismo através da ação dos grandes capitalistas “nacionais” e das próprias opções realizadas pelas forças políticas do bloco no governo de conciliação de classes (particularmente o PT e o PCdoB).

Este golpe por sua vez mostrou a falência da política de conciliação de classes e do apassivamento dos movimentos sociais, em particular do movimento sindical organizado na CUT. As mobilizações de junho de 2013 demonstraram que havia e ainda há uma massa de trabalhadores precarizados que não estão mais organizados e disciplinados nas entidades sindicais e populares tradicionais. Os processos de reestruturação produtiva junto com a política de colaboração de classes dos governos do PT e seus aliados, e a crise econômica agravada pelo colapso da bolha imobiliária de 2008, estão entre os fatores que provocaram essa explosão social.

As mobilizações de 2013 por “mais direitos” foram redirecionadas pelos setores conservadores e da grande mídia no sentido da luta contra a “corrupção”, como sendo, esta a causa principal de inviabilizar a pauta por “mais direitos”. Daí o “lavajatismo” dos procuradores, da justiça e da polícia federal, que tem na figura do juiz Sérgio Moro sua maior expressão. Na sequência aconteceu um giro brusco da conjuntura, um movimento de caráter reacionário, anti-petista e anti-esquerda, com base nas massas populares na última eleição que deu sustentação ao governo Bolsonaro.

Este movimento reacionário com bases populares, onde igrejas evangélicas ocupam um lugar organizador, encontrou em Bolsonaro, um militar nostálgico da ditadura empresarial-militar, um condutor. Os grandes capitalistas emplacaram um

ultra-neoliberal, admirador das contrarreformas neoliberais da ditadura chilena, como figura principal para implementar e acelerar as contrarreformas neoliberais que ainda estavam pendentes. O presidente Bolsonaro não oculta que seu objetivo maior é uma ditadura sustentada na “classe” militar. Se isto não aconteceu foi pela própria recusa dos mandos militares aliada à falta de apoio internacional, particularmente dos EUA. Há também certa resistência institucional, além da decisiva mobilização social - ainda que em circunstâncias difíceis - que tem colocado limites às ambições ditatoriais.

Com o golpe institucional se abriu um processo de agudização das contrarreformas: a Emenda Constitucional (EC) 95 do novo regime fiscal (o teto dos investimentos sociais), a mudança da CLT flexibilizando e precarizando a contratação de trabalhadores, mais uma reforma do regime previdenciário que originariamente apontava a implementação integral do regime de capitalização, a proposta de dar continuidade à reforma gerencial do Estado - iniciado na gestão FHC - com a PEC da reforma administrativa (a famigerada PEC 32).

Também houve uma retomada da política de privatizações das empresas e bancos estatais que ainda continuam sob a propriedade do Estado. Estão previstas para serem privatizadas a Eletrobras e os Correios. A Petrobras, por sua vez, continuou a ser desidratada com a venda das refinarias e outras empresas colaterais. Esta última passou de uma forma mais decidida a operar para gerar lucros aos investidores privados, com a política de paridade dos preços dos combustíveis com os valores internacionais. Aliás, este último é uma das causas do atual processo inflacionário.

A pauta dos costumes, da moralidade, que estava na base deste processo político, foi ficando num segundo plano, em parte pela resistência popular. Assim, o projeto “Escola sem partido” perdeu força, ainda que não se possa dizer que não está latente nas propostas dos “bolsonaristas”, e/ou que também seja desviada taticamente para o projeto das “Escolas cívico-militares”. O maior exemplo da desidratação desta pauta é a própria saída do ex-juiz Sérgio Moro do governo.

Entretanto, traços fascistas estão presentes em atitudes de figuras políticas e das mídias sociais da base social que gerou o atual governo. Assim, por exemplo, recentemente o comentarista de um programa do canal de televisão Jovem Pan News, Adrilles Jorge, fez uma saudação nazista (que provocou sua imediata demissão). Nesse mesmo programa foi defendida a existência de um partido nazista. Como se fosse pouco, o deputado federal Kim Kataguiri (Podemos-SP) chegou a dizer, nesse mesmo programa, que a Alemanha estaria errada em criminalizar o nazismo. Este último, foi um dos jovens liberais-conservadores fundadores do Movimento Brasil Livre, um dos movimentos que promoveu as manifestações de rua e campanha política em favor do golpe institucional contra a ex-presidente Dilma. O deputado é um jovem liberal, partidário das ideias econômicas da escola austríaca. Pode ser observado aqui, mais uma vez, o casamento entre as ideias “liberais” e o fascismo e nazismo, que caracteriza este governo.

Esta pauta conservadora, e até fascista, continua presente e avança nas universidades com a constituição por parte de um grupo de reitores “bolsonaristas” de uma entidade própria, a Associação dos Reitores das Universidades do Brasil

(Afebras) que conta no momento com seis instituições federais para representar junto ao Ministério da Educação (MEC). Estas instituições são: Rural do Semi-Árido (Ufersa), do Ceará (UFC), do Vale do São Francisco (Univasf), de Itajubá (Unifei) dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Rural da Amazônia (Ufra). Os reitores dessas universidades foram designados sem respeitar a lista tríplice, ainda que há outros reitores designados sem respeitar a lista tríplice que não integram esta nova entidade.

Neste mesmo campo, das práticas de ódio contra as mulheres, LGBTQ+, negros e povos originários, cabe destacar um episódio que aconteceu recentemente na cidade do Rio de Janeiro. Fazemos referência ao brutal assassinato por espancamento do trabalhador migrante congolês Moïse Kabagambe, quando este cobrava o pagamento de dívidas referentes ao seu trabalho realizado, alias sem trabalho sem carteira assinada.

No campo da economia, o PIB do ano de 2021 experimentou um crescimento em torno do 4,5%, quando no ano anterior teve uma queda de 4,1% e no ano de 2019 tinha tido um crescimento de apenas 1,2%. Para o ano de 2022 está sendo estimado um crescimento ínfimo de 1% ou até crescimento negativo. A inflação aumentou até a taxa de 10,06%. Para enfrentar a alta da inflação, a taxa de juros Selic tem aumentado de 2% em janeiro do ano de 2021 até 10,75% no momento atual.

Do ponto de vista social, a taxa de desemprego está em quase 12%, uma das maiores taxas do mundo, o que significa, pelos dados oficiais, 12 milhões de desempregados. Os desalentados, ou seja, aqueles que já desistiram de buscar emprego, somam quase 5 milhões. A informalidade está um ponto acima dos 40%. Estes dados mostram a tragédia social da gestão econômica ultra-neoliberal do ministro Guedes e sua equipe. Pesquisas como o “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil” da Rede Pessan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), tem demonstrado que a metade da população não tem acesso pleno e permanente à alimentação. Desse grupo de um pouco de mais de 100 milhões, 20% tinham insegurança alimentar grave ou moderada e quase 20 milhões estavam passando fome.

A construção de frentes de luta e a perspectiva de um ENCLAT

O fato importante desta conjuntura foi a conjunção de esforços em frentes de unidade política para enfrentar toda essa situação. Por um lado, uma ampla frente de organizações políticas, sindicatos e movimentos sociais se organizaram em torno de uma plataforma mínima com a pauta: Fora Bolsonaro! Nessa frente, além da ação conjunta, ficaram em evidência diferentes táticas de luta. Em grandes linhas, um grupo majoritário apostou na mobilização e ação institucional para desgastar o governo, na perspectiva de levar a luta para o jogo eleitoral no ano de 2022. Outros grupos, entre eles a Unidade Classista, apostou na ação das massas populares na rua, para acabar com o governo e a política que este representa. Durante algum tempo do ano de 2021, a partir do mês de maio, esta última tática conseguiu

prevalecer até o mês de novembro. Assim foram realizadas várias manifestações a cada mês, com uma importante participação de entidades e movimentos. Entretanto, acabou que a mobilização não foi suficientemente potente para provocar a queda do presidente Bolsonaro. Para continuar avançando por este caminho de mobilização popular é fundamental que as centrais sindicais atuem de uma forma mais decidida. Se faz necessário dar um salto de qualidade, passar das mobilizações de rua para as greves até chegar a construção de uma greve geral.

Cabe destacar a constituição do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, no ano de 2019, como importante espaço de reorganização da nossa classe. Trata-se de uma iniciativa que envolve sindicatos, movimentos sociais e forças políticas, para não apenas enfrentar o governo Bolsonaro, mas também para apontar para a reorganização e participação da classe trabalhadora na cena política, com sua pauta de reivindicações e propostas programáticas. Trata-se de apontar para a construção de um ENCLAT - Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, que dê início a um amplo processo de reorganização das forças dos/as trabalhadores/as. Sem a classe trabalhadora no centro da cena política não há saídas efetivas para a crise política, social e econômica.

O Fórum Sindical, Popular e de Juventudes planeja um Seminário nacional para o mês de maio. A finalidade é fazer um balanço do processo da entidade desde sua constituição em 2019 e definir os caminhos para ser um instrumento efetivo de reorganização da classe trabalhadora.

Nesta linha cabe mencionar a proposta do Fórum das Centrais Sindicais, integrado por 10 centrais sindicais (CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical - Central da Classe Trabalhadora, Intersindical - Instrumento de Luta, NCST, Pública - Central do Servidor e UGT), que convocou para os dias 7 e 8 do mês de abril para uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Aqui, como aconteceu com o Encontro Nacional dos Servidores Públicos (realizado pelo Fonasefe e as Centrais Sindicais nos dias 29 e 30 de junho de 2021), estamos novamente com um evento organizado de cima para baixo, neste caso, com a finalidade eleitoral de apresentar aos candidatos à presidência uma pauta mínima da classe trabalhadora. Apesar desta considerável limitação do evento, é importante participar e batalhar para avançar efetivamente no processo de reorganização da classe trabalhadora e na construção de um ENCLAT.

Destacamos a realização da Plenária Nacional em defesa da Educação Pública, em março de 2021, que foi um evento importante que aprovou a Carta de Trabalhadoras e Trabalhadores da Educação e de Estudantes ao povo brasileiro. Outras plenárias desta natureza precisam acontecer, mas ainda neste ano, devido a intensidade da agenda de lutas em defesa da Educação Pública e contra a PEC 32, não foi possível organizar o IV ENE.

A luta dos SPFs contra a PEC 32 e a construção da greve unificada

O FONASEFE, junto com o Fórum das Centrais Sindicais, organizou nos dias 29 e 30 de junho de 2021, o Encontro Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Público que aprovou um plano de luta contra a PEC 32 e uma paralisação nacional. Entendemos que o resultado ficou aquém das possibilidades pela preocupação das centrais e federações de amarrar todo o processo de cima para baixo, com pouco espaço para as construções pela base nas reuniões preparatórias. Entretanto mostrou um caminho, neste caso, de organização um efetivo Enclat setorial, num processo de baixo para cima.

A luta contra a Reforma Administrativa, com seus altos e baixos, aponta para se constituir numa das poucas lutas nas quais possamos contar com um saldo vitorioso. Sem dúvida um fator relevante e que devemos aprender desta experiência, é o fator da unidade. O FONASEFE junto com FONACATE, com o apoio, ainda que vacilante do Fórum das Centrais Sindicais, têm conseguido, até o momento, conter no Congresso o trâmite da PEC da contrarreforma administrativa. Não podemos ficar de braços cruzados: estes projetos são projetos de ataque à nossa classe e de continuidade da reforma gerencial do Estado formulada no primeiro governo de FHC que vem sendo implementada governo após governo, em momentos diversos.

O FONASEFE indicou a construção de uma greve unificada dos(as) servidores(as) públicos federais por uma pauta reivindicativa emergencial de reposição das perdas salariais deste último período de governo (2019 - 2021), estimada em 19.99%, junto ao arquivamento da PEC 32 (Reforma Administrativa) e a revogação da Emenda Constitucional 95 (congela investimentos nas áreas de Saúde e Educação por 20 anos). A reivindicação do 19,99% de reposição salarial unifica todas as categorias dos SPFs, entretanto as perdas salariais da nossa categoria são muito maiores, seja pela contrarreforma da previdência que aumentou a alíquota de 11% para 14% para as maiores remunerações, seja pelo congelamento da tabela do imposto de renda que penaliza os salários baixos, entre outras situações particulares na rede federal.

A construção da greve é um momento ímpar para fazer o necessário trabalho de politização da base. A construção de pautas locais para o urgente retorno presencial às aulas, que apontem para os problemas de infraestrutura que se deterioraram ainda mais nestes últimos anos de falta de investimento. Temos que lutar por recursos e políticas de assistência estudantil para garantir o acesso e permanência dos estudantes. Além do objetivo da politização da base, a construção da greve e mobilização dos SPFs é importante para acentuar o desgaste do governo, e já que há uma grande unidade entre as diversas forças políticas, então tudo o que não seja conquistado agora fica para a reconstrução do movimento paralista no próximo governo.

Crise sanitária e retorno presencial

Evidentemente, a conjuntura nestes dois últimos anos esteve atravessada pela crise sanitária provocada pela pandemia do vírus Covid-19, que ainda não acabou. Foi, e continua a ser ainda, uma crise mundial, produto da agressão à natureza, pela

incessante conquista e colonização de novos territórios para a valorização do capital. Enquanto que em países organizados, com elementos de planejamento social, como Cuba, China e Vietnã, conseguiu-se proteger com bastante eficácia a sua população, em outros, como no nosso caso, prisioneiro da ideologia ultraliberal e do negacionismo científico, ocorreu e ainda ocorre uma catástrofe, um genocídio que levou à morte mais de 657.000 pessoas, fundamentalmente população idosa, pobre e negra. A crise evidenciou a importância dos investimentos sociais em ciência e tecnologia para produzir medicamentos, tratamentos e vacinas, junto com uma robusta rede sanitária pública articulada em torno do SUS, 100% público e estatal.

Tem havido muita resistência e luta para enfrentar ao mesmo tempo as demandas para o retorno ao trabalho presencial sem segurança e/ou para impedir de fazer da crise sanitária uma “oportunidade de negócios” para lucrar, como, no caso do setor da educação, com as plataformas digitais para aulas remotas. Aconteceram greves de resistência, geralmente greves isoladas, em escolas, institutos federais e universidades que resistiram bravamente ao retorno presencial quando ainda não estão dadas condições mínimas de biossegurança.

Apesar da campanha de negacionismo do governo federal contra a vacinação, 80,4% da população já recebeu pelo menos uma dose da vacina contra a Covid-19. 70,8% estão com o primeiro ciclo vacinal completo, ou seja, receberam as duas doses ou a dose única da Janssen. Além disso, 25,3% já receberam a dose de reforço da vacina. Assim, pode ser verificado que a população apoia a vacinação e as medidas de cuidado da saúde.

Entendemos que na medida que a pandemia evolui para um endemia, caso se confirme, é imprescindível garantir a segurança no retorno presencial. Os locais de trabalho, ainda que sucateados pela falta de investimento nestes últimos anos, precisam ser ocupados, até para poder organizar as lutas pela recomposição orçamentária e reposição das perdas salariais. O “modelo” de aulas remotas não é o modelo educacional que defendemos, pelo contrário é o “modelo de negócios” dos empresários capitalistas para uma educação aligeirada, porém altamente rentável, ao serviço da formação de trabalhadores precarizados e empreendedores.

As lutas para o próximo período

As lutas do próximo período devem continuar a privilegiar a derrubada do governo Bolsonaro/Mourão/Guedes, a construção de uma greve geral apontando para uma saída da atual crise política que tenha como objetivo enfrentar os principais problemas da classe trabalhadora, dos segmentos populares e das camadas médias, com uma perspectiva de ruptura com as políticas neoliberais, o capitalismo e o imperialismo. Uma saída democrática no sentido forte desta expressão, que coloque no centro da cena política a classe trabalhadora, sua organização política e consciência social, isto é, o Poder Popular.

No cenário eleitoral que se desenha, caso sejam respeitadas as regras institucionais pelas forças bolsonaristas, é fundamental a preservação da independência de classe do movimento dos/as trabalhadores/as. Não se trata de

defender uma suposta neutralidade, impossível numa sociedade atravessada pela luta de classes, mas de estabelecer as devidas mediações entre os partidos, as instâncias institucionais burguesas e os movimentos populares e sindicais. Por esta elementar razão, se faz necessário avançar na construção de um ENCLAT, que faça uma síntese da atual etapa histórica de luta da classe trabalhadora, levante uma plataforma reivindicativa e um programa de soluções para enfrentar a crise geral que está estabelecida. Também, nesta direção da unidade sindical e popular, entendemos importante dar continuidade em um nível superior, às experiências unitárias setoriais realizadas nestes últimos tempos tais como o Encontro Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Público e a Plenária Nacional em defesa da Educação Pública.

Também avançar na reorganização da CNESF (Confederação Nacional de Entidades dos Servidores Públicos Federais) e a sua transformação em CNESP (Confederação Nacional de Entidades do Serviço Público) agrupando os sindicatos dos SPFs das três esferas do governo e inclusive dos/as trabalhadores/as das empresas estatais, como definido no encontro de entidades de trabalhadores do serviço público realizado em novembro de 2019.

No campo da defesa dos serviços públicos e das empresas estatais, continuar com a luta contra a PEC da reforma administrativa e as privatizações da Eletrobras e dos Correios, além da reestatização da Petrobras e sua orientação como empresa a serviço do povo. Também é fundamental a defesa do SUS público, estatal e gratuito.

Na educação, enfatizamos o retorno às aulas presenciais com medidas de proteção de biossegurança, a luta salarial e por condições dignas de trabalho, o enfrentamento ao projeto educacional conservador-autoritário, negacionista, em todas suas formas, junto com a defesa da Escola Popular como projeto da classe trabalhadora para enfrentar o projeto da Escola do Capital. Precisamos investir na construção do próximo IV ENE.

É preciso lutar contra o agronegócio e sua política de genocídio dos povos tradicionais e originários; defender as demarcações das terras indígenas e lutar contra o Marco Temporal. Também é fundamental enfrentar as políticas de desmatamento da Amazônia e das florestas e pela reforma agrária popular e lutar contra o projeto de lei 6299 (PL do veneno) recentemente aprovado na Câmara dos Deputados.

Não menos importantes são as lutas em torno da pauta de enfrentamento ao racismo e as lutas antipatriarcais do movimento feminista e LGBTQ+. No último 4 de dezembro foram realizados atos convocados pelo movimento de mulheres e feminista com a palavra de ordem “Ele nunca mais”, numa tentativa de recolocar o movimento feminista nas lutas políticas. Lembramos o grande impacto que teve o movimento “Ele não!” das últimas eleições contra a candidatura de Bolsonaro.

Unidade Classista

Futuro socialista!